



Concessionária Ecovias Raposo-Castelo S.A.

CNPJ/MF nº 58.607.200/0001-97 - NIRE 35300654595

Demonstrações Financeiras 2025

AVISO - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS EM ATENDIMENTO AO PARECER DE ORIENTAÇÃO CVM Nº 39, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2021:

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) <https://www.dgabcc.com.br/>; b) <https://n1.ecorodovias.com.br/>

c) <https://www.rad.cvm.gov.br/ENET/frmConsultaExternaCVM.aspx>
d) <https://bvmf.bmfbovespa.com.br/cias-Listadas/Informacoes-por-periodo/BuscaInformacoesPeriodo.aspx?idioma=pt-br>

Declaração do auditor independente:

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço <https://www.dgabcc.com.br/>. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 17 de março de 2026, sem modificações.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | 31/12/2025 | | Nota explicativa | 31/12/2025 |
|-------------------------------|------------------|------------|--|------------------|------------|
| Ativo | | | Passivo e patrimônio líquido | | |
| Circulante | | | Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4.1 | 49.288 | Fornecedores | 8.656 | |
| Aplicações financeiras | 4.2 | 179.802 | Passivo de arrendamento | 4.8 | 6.716 |
| Clientes | 4.3 | 39.861 | Impostos, taxas e contribuições a recolher | | 6.494 |
| Tributos a recuperar | | 64 | Obrigações sociais e trabalhistas | 4.9 | 2.753 |
| Despesas antecipadas | | 1.090 | Partes relacionadas | 4.11 | 10.784 |
| Partes relacionadas | 4.9 | 1.045 | Obrigações com poder concedente | 4.11 | 3.357 |
| Outros créditos | | 2.269 | Provisão para imposto de renda e contribuição social | 4.6 | 14.728 |
| Total do ativo circulante | | 273.419 | Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar | | 20.434 |
| Não circulante | | | Provisão para construção | | 8.129 |
| Imobilizado | 4.4 | 18.560 | Outras contas a pagar | | 12 |
| Intangível | 4.5 | 2.403.148 | Total do passivo circulante | | 82.063 |
| Total do ativo não circulante | | 2.421.708 | Não circulante | | |
| | | | Debitários | 4.7 | 2.384.947 |
| | | | Passivo de arrendamento | 4.8 | 10.484 |
| | | | Tributos diferidos | | 9.158 |
| | | | Provisão para perdas cíveis | 4.12 | 8 |
| | | | Provisão para construção | 4.10 | 40 |
| | | | Outras contas a pagar | | 680 |
| | | | Total do passivo não circulante | | 2.405.317 |
| | | | Patrimônio líquido | | |
| | | | A integralizar | 4.13.1 | 678.612 |
| | | | Reserva de lucros - legal | 4.13.1 | (542.889) |
| | | | Reserva de lucros - orçamento de capital | 4.13.2 | 67.301 |
| | | | Total do patrimônio líquido | | 207.747 |
| | | | Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.695.127 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$)

| | Nota explicativa | Capital social | | Reservas de lucros | | Lucros acumulados | Total |
|--|------------------|----------------|----------------|--------------------|----------------------|-------------------|----------|
| | | Subscrito | A integralizar | Legal | Orçamento de Capital | | |
| Constituição conforme AGC de 03/01/2025 | | 1 | - | - | - | - | 1 |
| Aumento de capital conforme AGE de 13/02/2025 | | 678.611 | (678.611) | - | - | - | - |
| Integralização do capital conforme AGE de 28/02/2025 | | - | 135.722 | - | - | - | 135.722 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | 94.457 | 94.457 |
| Destinação do lucro: | | | | | | | |
| Reserva legal | 4.13.2 | - | - | 4.723 | - | (4.723) | - |
| Juros sobre capital próprio deliberados | 4.13.3 | - | - | - | - | (13.328) | (13.328) |
| Constituição de reserva - orçamento de capital | 4.13.2 | - | - | - | 67.301 | (67.301) | - |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 4.13.3 | - | - | - | - | (9.105) | (9.105) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2025 | | 678.612 | (542.889) | 4.723 | 67.301 | - | 207.747 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária Ecovias Raposo Castelo S.A. ("Ecovias Raposo Castelo" ou "Companhia"), é uma Sociedade de Propósito Específico, foi constituída em 03 de janeiro de 2025, e tem por objeto social, único e exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, a prestação dos serviços públicos de ampliação, operação, conservação, manutenção e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Nova Raposo, composto, inicialmente, pelos trechos da (i) SP 270 - km 10,940 ao km 34,065; (ii) SP 029 - km 32,58 ao km 43,70; (iii) Trecho Cotia - Entidas, Arirama e (iv) SP 280 - km 13,290 ao km 54,140, bem como exploração, inclusive por meio de suas subsidiárias, de atividades que gerem receitas acessórias, alternativas, complementares ou de projetos associados. O Contrato de Concessão, com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, assinado em 14 de março de 2025, possui prazo de 30 anos, contados da data de assinatura do termo de transferência inicial. As demais informações sobre o Contrato de Concessão estão descritas na Nota 15.1 das demonstrações financeiras anuais completas. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Tamboré, 267, conjunto 2018, 20º andar, Torre Norte do Condomínio Campus Corporate Alphaville, no município de Barueri - SP. As ações da Companhia são de titularidade da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECRS"), sendo a controladora final do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, a Aurelia S.r.l., localizada na cidade de Tortona - Itália. As ações da Companhia não são negociadas em Bolsa de Valores. 1.1 Visão ASG - Ambiental, Social e Governança (ESG - Environmental, Social and Governance na sigla em inglês): O Grupo EcoRodovias adota práticas voltadas à integração dos temas Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) à gestão de seus negócios. Em 2024, o Conselho de Administração aprovou sua Agenda ESG 2030, que consolida diretrizes e compromissos do Grupo em 10 vias da Sustentabilidade, abrangendo, entre outros temas, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, biodiversidade, segurança viária e ocupacional, direitos humanos e governança ética empresarial. Os compromissos possuem horizontes temporais até 2030, porém o Grupo estabelece metas anuais, que inclusive fazem parte da bonificação de todos os colaboradores, incluindo a alta liderança. No pilar climático, o objetivo do Grupo EcoRodovias é reduzir em 42% suas emissões de gases de efeito estufa dos escopos 1 e 2 até 2030 com relação ao ano-base de 2020 e em 11% as emissões de escopo 3 em relação a 2021. Para atingir essa meta, o Grupo mantém um plano de descarbonização, revisado periodicamente, que abrange diferentes projetos e ações estruturados em quatro pilares: combustíveis de baixo carbono; eletrificação de equipamentos; energia solar e eficiência de processos e engajamento de fornecedores. Em 2025 o Grupo deu continuidade aos estudos de transição energética, com foco na análise de soluções de combustíveis renováveis para substituição aos fósseis com a implementação de um projeto piloto para o uso do biodiesel B-100 na frota pesada. Além disso, como medida para redução das nossas emissões, substituímos dez quinchos operacionais movidos a combustível por modelos elétricos. Adicionalmente, o Grupo EcoRodovias possui como prática a aquisição de créditos de carbono para compensar todas as emissões de escopo 1 (emissões diretas) e neutraliza suas emissões de escopo 2 através de certificados de aquisição de equipamentos energéticos de baixo carbono. A Agenda ESG 2030 está relacionada à adaptação dos negócios do Grupo às mudanças climáticas. Nesse contexto, o Grupo EcoRodovias realizou estudos de vulnerabilidade climática, com simulações matemáticas para avaliação de cenários que possam impactar seus ativos no médio e no longo prazo (horizontes de 2030 e 2050). Esses estudos são periodicamente revisados de modo a incorporar novas concessões, atualizar cenários climáticos e aprimorar a metodologia adotada. O estudo revisado em 2025 incluiu o levantamento de fatores de riscos físicos, riscos de transição e oportunidades, considerando todos os ativos do Grupo. Os resultados desse trabalho são incluídos na metodologia de avaliação de riscos do Grupo, contribuindo com novos parâmetros para fortalecimento e diminuição dos impactos negativos decorrentes destes cenários adversos. O risco climático mais relevante está atrelado aos eventos que possam causar impactos à segurança da infraestrutura e dos usuários. 1.2 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações: Para fins ilustrativos, a Companhia lista abaixo todas as divulgações de novos e revisados pronunciamentos que entram em vigor a partir de, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma), independentemente de terem algum impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Coligada e Empreendimento Controlado em Conjunto e ao ICP 09 - Contábeis Individuais, Demonsrtações Separadas e Demonstrações Consolidadas. Efeitos das Alterações do Método da Equivalência Patrimonial: Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essas alterações são relevantes para a Companhia em razão de sua conexão com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. Alterações ao IAS 21/CPC 02 (R3) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Demonstrações Contábeis em Inglês. Os novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. As alterações mencionadas acima não causarão qualquer impacto material nas operações ou demonstrações financeiras da Companhia.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS - Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas na Nota 3 das demonstrações financeiras anuais completas. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, no caso de determinados ativos e passivos financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4 das demonstrações financeiras anuais completas. 2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$ (Real), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia. 2.3 Aprovação das demonstrações financeiras: Em 16 de março de 2026, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. 3.1 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para a reversão do valor contábil líquido ao valor recuperável. O seguinte critério é aplicado para avaliar perdas por redução do valor recuperável de ativos específicos: Ativos intangíveis: O Contrato de Concessão da Companhia é de longo prazo sujeito a discussões e equilíbrios junto ao poder concedente. Consequentemente, podem ocorrer modificações ao longo de sua vida contratual. Em adição às avaliações acerca de indicativos (internos ou externos) de redução ao valor recuperável descritos na Nota 9 das demonstrações financeiras anuais completas. A Administração da Companhia revisa anualmente as projeções de fluxo de caixa de seus contratos com o objetivo de avaliar se há algum indicativo de que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do período contratual. 3.2 Provisões gerais: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Provisão para constituição de obras: Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela controlada. Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCP-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que as controladas indiretas devem estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas: A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os processos judiciais e administrativos quando há uma estimativa razoável de que a Companhia tenha o direito, na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a referida data. As cláusulas contratuais restritivas (covenants) que a Companhia é obrigada a cumprir, até a data do balanço, são considerados na classificação das debêntures como circulante ou não circulante. Contudo, aquelas que a Companhia é obrigada a cumprir após a data do balanço não afetam a classificação na data do balanço, mas

são objeto de divulgação nas demonstrações financeiras. Os custos das debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de debêntures são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. 3.5 Receitas oriundas das cobranças de pedágio ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão: Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão. Os valores das tarifas são pactuados e reajustados anualmente com base no Contrato de Concessão. A Companhia reconhece a receita quando o valor puder ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia possui sistema próprio de controle de passagens e faz o referido controle por transação, cabine e praça de pedágio. Devido ao alto volume de trânsito na rodovia administrada pela Companhia, a contabilização da receita é feita da seguinte maneira: (i) pedágio por equipamento eletrônico (AVE) no encerramento do mês, após a conciliação com as operadoras de cobrança eletrônica, por dia, por praça por operadora; (ii) pedágio em numerário: diariamente, através dos depósitos de numerário (bolsas), nos cofres inteligentes e conciliados posteriormente com o recolhimento da transportadora de valores; (iii) vale pedágio: diariamente, a partir da conferência dos valores de cupons declarados pelos operadores no momento da liquidação; e (iv) cartões: diariamente (por lote). A Companhia possui mecanismo de Desconto Básico de Tarifa (DBT), previsto no Contrato de Concessão, no qual os usuários que utilizarem meios de pagamento eletrônico e identificação automática de veículo (AVI), terão direito a um desconto incondicional de 5% (cinco por cento) sobre a tarifa de pedágio. Em relação ao Desconto Básico de Tarifa (DBT), uma vez que é um desconto incondicional, a receita é demonstrada pelo seu valor líquido, ou seja, 95% do valor da Tarifa Base de Pedágio. A Companhia também possui mecanismo de retenção sobre a receita bruta auferida, para ser utilizado eventualmente em futuros regulatórios contratuais, de acordo com o contrato de concessão (vide nota 15.1 das demonstrações financeiras anuais completas). 3.6 Arrendamento: A Companhia avia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Companhia atua, exceto os arrendamentos de curto prazo (definidos como passivos de arrendamento com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa do Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC da Companhia (Weighted Average Cost of Capital - WACC na sigla em inglês). 3.7 Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. eventuais ganhos ou perdas resultam da baixa do ativo e registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. 3.8 Intangível: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão é calculada com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, no prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo. 3.9 Imposto de renda e contribuição social: As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período com compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que a Companhia atua e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos apresentarem saldo em excesso. O imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. 3.10 Partes relacionadas: A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Bolsa, Brasil, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (arm's length basis).

4. PRINCIPAIS SALDOS CONTÁBEIS E DEMAIS INFORMAÇÕES RELEVANTES

4.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| | 31/12/2025 |
|------------------------|------------|
| Caixa e bancos | 1.261 |
| Equivalentes de caixa: | |
| Fundo de investimento | 42.780 |
| Aplicações automáticas | 5.247 |
| | 49.288 |

4.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

| | 31/12/2025 |
|--------------------------------|------------|
| Cotas Fundo - BTG CDB I e Plus | 177.086 |
| Cotas fundo - FIDC_ECO | 2.716 |
| | 179.802 |

4.3. CLIENTES

| | 31/12/2025 |
|-------------------------------------|------------|
| Pedágio eletrônico | 36.592 |
| Receitas acessórias | 62 |
| Outras contas a receber | 1.331 |
| Desconto de Usuário Frequente - DUF | 1.536 |
| | 39.861 |

4.4. IMOBILIZADO

| | 31/12/2025 |
|-------------------------|------------|
| Custo | |
| Hardwares | 18.847 |
| Máquinas e equipamentos | 220 |
| Móveis e utensílios | 200 |
| Veículos | 63 |
| Total custo | 19.330 |
| Depreciação | |
| Hardwares | 20,0 |
| Máquinas e equipamentos | 10,0 |
| Móveis e utensílios | 10,0 |
| Veículos | 25,0 |
| Total depreciação | (77,0) |
| Total líquido | 18.560 |

4.5. INTANGÍVEL

| | 31/12/2025 |
|-------------------------|------------|
| Custo | |
| Contrato de concessão | 2.343.951 |
| Intangível em andamento | 69.692 |
| Softwares de terceiros | 4.934 |
| Direito de uso CPC 06 | 20.702 |
| Total custo | 2.439.279 |
| Amortização | |
| Contrato de concessão | (31.863) |
| Intangível em andamento | - |
| Softwares de terceiros | (300) |
| Direito de uso CPC 06 | (3.968) |
| Total amortização | (36.131) |
| Total líquido | 2.403.148 |

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| | Nota explicativa | 31/12/2025 |
|--|------------------|------------|
| Receita líquida | 4,14 | 527.229 |
| Custo dos serviços prestados | 4,15 | (185.933) |
| Lucro bruto | | 341.296 |
| Receitas (despesas) operacionais | | |
| Despesas gerais e administrativas | 4,15 | (16.616) |
| Lucro operacional | | 324.680 |
| Receitas financeiras | | 16.422 |
| Despesas financeiras | 4,16 | (204.988) |
| Resultado financeiro líquido | 4,16 | (188.565) |
| Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social | | 136.115 |
| Imposto corrente | | (32.500) |
| Imposto diferido | | (9.158) |
| Imposto de renda e contribuição social | | (41.658) |
| Lucro líquido do exercício | | 94.457 |
| Lucro por ação - básico e diluído (em reais) | 4,17 | 0,82331 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$)

| | 31/12/2025 |
|-----------------------------------|------------|
| Lucro líquido do exercício | 94.457 |
| Outros resultados abrangentes | - |
| Resultado abrangente do exercício | 94.457 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais - R\$)

| | 31/12/2025 |
|---|------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | |
| Lucro líquido do exercício | 94.457 |
| Ajustes para reconciliar o lucro líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais: Depreciações e amortizações | 36.901 |
| Capitalização de juros | (27.375) |
| Encargos financeiros e variação monetária sobre debêntures | 229.675 |
| Encargos financeiros sobre arrendamentos | 1.116 |
| Provisão e atualização monetária para per | |

